



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0255234-5

APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA
INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA.

Advogado: Anne Caroline Góes dos Santos (OAB/PE 24.677) e
outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art.
66, III.

APELADO: NEIDE LAGO DE OLIVEIRA

Advogado: Karla Wanessa Bezerra Guerra (OAB/PE 26.304) e
outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art.
66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO: 28 DE MAIO DE 2014

EMENTA – RECURSO DE AGRAVO EM
APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE.
NEGATIVA DE REALIZAÇÃO DE
EXAME/PROCEDIMENTO MÉDICO. DANO
MORAL CONFIGURADO. JUROS. TERMO
INICIAL.

1. A Golden Cross não pode se eximir de oferecer a
cobertura securitária para o procedimento: CT do
tórax com contraste + Angio CT Art. Coronárias, sob
a alegação de que não consta no rol da ANS.

2. A injusta recusa à cobertura do plano de saúde
configura os danos morais, devido ao desgaste
sofrido pelos pacientes. Precedentes do STJ e do
TJPE.

3. Assim sendo, considerando os abalos sofridos pela
paciente, oriundos não só da negativa de autorização
do procedimento solicitado pelo médico responsável,
mas também pelo desgaste psicológico e emocional,
o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) encontra-se
pautado nos critérios da razoabilidade e
proporcionalidade.

4. *In casu*, trata-se de responsabilidade contratual, já
que a paciente é beneficiária do plano de saúde da
recorrente, razão pela qual deve-se considerar, como
termo inicial para a incidência dos juros de mora, a
citação.




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

6. Recurso de agravo parcialmente provido tão somente para modificar o termo inicial de incidência dos juros moratórios, que contará não do evento danoso, mas sim da citação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0255234-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 03 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0255234-5

AGRAVANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA.

ADVOGADO: Anne Caroline Góes dos Santos (OAB/PE 24.677) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: NEIDE LAGO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: Karla Wanessa Bezerra Guerra (OAB/PE 26.304) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

A GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA., através de advogado legalmente constituído, interpõe, com fundamento no Art. 557, §1º do Código de Processo Civil, RECURSO DE AGRAVO em face da decisão terminativa (fls. 190/192), em que o eminente Relator Substituto à época, Dr. Odilon de Oliveira Neto, deu provimento ao recurso de apelação da Sra. Neide Lago de Oliveira, momento em que a parte ora recorrente foi condenada ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, com correção monetária pela tabela do ENCOGE, a incidir a partir do arbitramento em definitivo (Súmula nº 362/STJ), acrescido de juros de mora a contar do evento danoso (Súmula nº 54/STJ) à taxa de 1% ao mês.

Nas razões de fls. 195/202, a parte recorrente argui a necessidade de modificação do *decisum*, sob o argumento de que não há ilegalidade na sua atitude, eis que negou a cobertura do exame solicitado com aparo na legislação que regula os planos de saúde.

Sustenta, ainda, que o valor arbitrado a título de danos morais é excessivo, pois “acarretará sérios prejuízos de ordem econômica e financeira”, de modo “a desequilibrar sua estabilidade e propiciar um locupletamento sem causa a Agravada” (fl. 198).

Em sequência, rebate o termo inicial da incidência dos juros, defendendo que “o início da incidência de aplicação dos juros quando se trata de responsabilidade contratual e que houve condenação por danos morais” começa a fluir “a partir do arbitramento da indenização (no presente caso, a partir da decisão que reformou a sentença de 1º grau) e não a partir do evento danoso” (fl. 199).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Por fim, requer que o presente recurso seja conhecido e provido, de modo a manter a sentença proferida pelo magistrado de piso, de modo a julgar improcedentes os pedidos constantes na inicial.

É o relatório.

Independentemente de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0255234-5

AGRAVANTE: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA.

ADVOGADO: Anne Caroline Góes dos Santos (OAB/PE 24.677) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

AGRAVADO: NEIDE LAGO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: Karla Wanessa Bezerra Guerra (OAB/PE 26.304) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Da leitura das razões do presente recurso de agravo, observo que a parte recorrente, embora defenda a necessidade de reforma da decisão terminativa, a meu ver, não traz à baila nenhuma fundamentação nova capaz de combater a indenização por danos morais, tampouco o *quantum* concedido à recorrida quando do julgamento da apelação cível, razão pela qual entendo ser o caso de manter a decisão ora impugnada, proferida pelo Eminentíssimo Relator Substituto, nos seguintes termos:

“(…) Da leitura das razões do presente apelo, extrai-se que a irrisignação da Sra. Neide Lago de Oliveira reside tão somente na incidência dos danos morais em decorrência da recusa, por parte da Golden Cross, para realização do procedimento: CT do tórax com contraste + Angio CT Art. Coronárias, cujo objetivo principal era confirmar, de modo definitivo, a existência de coronariopatia obstrutiva.

In casu, resta incontroverso que a parte apelada, antes do provimento judicial, não autorizou o referido exame, tanto que, durante a marcha processual, afirmou que a negativa se deu em virtude do procedimento não constar no rol da ANS.

Ora, em casos como o em debate – negativa de realização de exame médico – a jurisprudência pátria já pacificou o entendimento no sentido de que há a configuração dos danos morais, devido ao desgaste sofrido pelos pacientes.

Para melhor elucidação da questão, vejamos o aresto abaixo colacionados, da lavra do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA PACIFICADA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO COM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

FUNDAMENTO NO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. TRATAMENTO DE NEOPLASIA. PEDIDO MÉDICO. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO. DANO MORAL. DECISÃO RECORRIDA EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA. 1. *Omissis*. 2. A jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento segundo o qual a injusta recusa à cobertura do plano de saúde gera dano moral, pois agrava a situação de aflição psicológica e de angústia do segurado, que ademais se encontra com a saúde debilitada. Precedente: REsp n. 918.392/RN, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI. 3. No caso, ficou estabelecido no acórdão recorrido que foi injusta a recusa à cobertura do tratamento da neoplasia. Dessa forma, a decisão agravada está em consonância com a jurisprudência desta Corte. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1317368/DF, Quarta Turma, Relator: Min. Antônio Carlos Ferreira, Julgado em 18/06/2013, DJe 26/06/2013) [sem grifos no original]

Outro não é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, pelo que colaciono o recente acórdão desta Segunda Câmara Cível, *in verbis*:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA PARA REALIZAÇÃO DO EXAME "PET-CT". DESCABIMENTO. COBERTURA COMPLETA. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VIOLAÇÃO AO ART. 51, IV, DO CDC. ROL DA ANS NÃO EXAUSTIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O art. 51, IV, do CDC, tem por finalidade manter sempre o equilíbrio contratual. Assim, são vedadas obrigações iníquas (injustas, contrárias à equidade), abusivas (que desrespeitam valores da sociedade) ou que ofendem o princípio da boa-fé objetiva e a equidade (justiça do caso concreto). 2. A recomendação para determinado tratamento é de ordem médica e é o profissional que detém o conhecimento técnico sobre os meios empregados a serem utilizados na cura da doença que acomete o paciente. É de sua responsabilidade a orientação terapêutica não cabendo às operadoras substituírem os técnicos neste mister, sob pena de se por em risco a vida do consumidor. 3. O rol de procedimentos previstos pela ANS representa, apenas, referência de cobertura mínima obrigatória para cada segmentação de planos de saúde, não podendo, sobremaneira, ser utilizada em prejuízo do consumidor. 4. O STJ vem reconhecendo que "a recusa indevida à cobertura médica é causa de danos morais, pois agrava o contexto de aflição psicológica e de angústia sofrido pelo segurado", conforme relatoria da ministra Nancy Andrichi, no julgamento da REsp 907718 - ES. Manutenção da indenização relativa ao Dano Moral, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a qual fixou seu valor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais). 5. Recursos não providos. Decisão Unânime. (TJPE, Apelação Cível nº



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

0305378-9, Quinta Câmara Cível, Relator: Des. Stênio José de Souza Neiva
Coelho, Julgado em 29/05/2013) [sem grifos no original]

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE EXAME DE TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA MONOCULAR (OCT). RECOMENDAÇÃO MÉDICA PARA TRATAMENTO DA MOLÉSTIA APRESENTADA PELA SEGURADA. PREVISÃO CONTRATUAL (CLÁUSULA VI, ITEM 4.6, "F"). DANO MORAL CONFIGURADO. SÚMULA 035 DO TJPE. MANUTENÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO TERMINATIVA. 1. A controvérsia cinge-se à aferição da legalidade da negativa de cobertura, fundada na resolução da ANS, ao custeio do exame de Tomografia de Coerência Ótica (OCT) nos olhos da demandante, apesar da existência de requisição médica nesse sentido. Diferentemente do que alega a recorrente, a Cláusula VI, item 4.6, "f", prevê a cobertura de exames oftalmológicos mediante prévia autorização do plano. 2. Indevida, portanto, a recusa de cobertura da seguradora quanto à realização do exame prescrito pelo médico assistente, que a apelada necessitava realizar com urgência, cuja demora (cerca de 10 meses) ocasionou a perda da visão de seu olho esquerdo. De modo que o custeio deve ser suportado pela ora apelante, consoante bem posto na sentença exarada pelo Magistrado a quo. 3. Dano moral configurado. Inteligência da Súmula 035 do TJPE: "A negativa de cobertura fundada em cláusula abusiva de contrato de assistência à saúde pode dar ensejo à indenização por dano moral". Precedentes do STJ. 4. Verba indenizatória no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) mantida, vez que arbitrada segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, atendido o binômio reparação/prevenção. 5. Agravo legal a que se nega provimento. (TJPE, Recurso de Agravo nº 030071-5, Quarta Câmara Cível, Relator: Des. Jones Figueiredo, Julgado em 11/04/2013) [sem grifos no original]

Nesse sentido, resta cristalino dever da parte apelada em arcar com os danos morais suportados pela parte apelante em decorrência da negativa de realização do procedimento indicado pelo médico responsável, sobretudo por ser tratar de pessoa idosa e portadora de fatores de risco para doença coronariana obstrutiva, de acordo com o laudo médico de fl. 60.

Como é sabido, para fixação do *quantum* indenizatório, há que se observar a posição das partes para que o valor atribuído permita verdadeiramente a compensação dos prejuízos, sem que importe em enriquecimento ilícito, e com suficiente carga punitivo-pedagógica de modo a desestimular a realização de novas práticas lesivas.

Isto porque o papel do julgador, no momento de arbitrar o valor indenizatório, é de se pautar por critérios de equidade, razoabilidade e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

proporcionalidade, de modo a traduzir em tais condenações a certeza de que o ato ofensivo não fique impune e que, ao mesmo tempo, sirva de **desestímulo** à repetição de condutas semelhantes sem, no entanto, resultar em **enriquecimento sem causa** da vítima.

Assim sendo, considerando os abalos morais sofridos pela Sra. Neide Lago de Oliveira, oriundos não só da negativa de realização do procedimento indicado pelo médico responsável (CT do tórax com contraste + Angio CT Art. Coronárias), mas também pelo desgaste psicológico e emocional, entendo que o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) encontra-se pautado nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo por envolver a saúde da segurada.

Ademais, cumpre registrar que o mencionado valor encontra-se equivalente aos julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça, a exemplo dos excertos anteriormente transcritos. (...)”

Por fim, cuido ser o caso de modificar apenas o termo inicial referente à incidência dos juros, pois, de fato, não se trata de responsabilidade extracontratual, mas sim de responsabilidade contratual, já que a recorrida é beneficiária do plano de saúde recorrente.

Assim sendo, para sanar o equívoco, esclareço que o termo inicial para a incidência dos juros de mora – diferentemente do que defende a recorrente – é a citação, de acordo com o entendimento consolidado do STJ, a exemplo do recentíssimo aresto abaixo colacionado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. COMPROVAÇÃO. SUMULA 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. DANOS ESTÉTICOS E MORAIS. CUMULAÇÃO DEVIDA. JUROS DE MORA. A PARTIR DA CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRECEDENTES. 13º SALÁRIO E FÉRIAS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COTEJO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- *Omissis*. 2.- *Omissis*. 3.- *Omissis*. 4.- *Omissis*. 5.- No tocante aos juros de mora, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que incidem, desde a citação, em casos de responsabilidade contratual, hipótese observada no caso em tela. Assim, não há como ser acatada a tese da recorrente. Precedentes 6.- *Omissis*. 7.- *Omissis*. 8.- Agravo Regimental improvido. (STJ, AgRg no AREsp 422.376/RJ, Terceira Turma, Relator: Min. Sidnei Beneti,

AN




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

224
1
julgado em 24/04/2014, DJe 19/05/2014) [sem grifos no original]

Diante de todo o exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de agravo, tão somente para modificar o termo inicial de incidência dos juros moratórios, que contará não do evento danoso, mas sim da citação, por se tratar de responsabilidade contratual, mantendo-se os demais termos da decisão agravada, através da qual foi dado provimento ao recurso de apelação da ora recorrida.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator